

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007986-17.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Fornecimento de Energia Elétrica**
 Requerente: **João Dias dos Santos**
 Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

JOÃO DIAS DOS SANTOS ajuizou ação de **INDENIZAÇÃO** em face de **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**, todos devidamente qualificados.

Aduz o autor que vem recebendo contas de energia elétrica com valores discrepantes com o uso efetivo em sua residência. Enfatiza que no local mantém uma pequena chácara, pouco usada, e alega que o faturamento de energia tem sido realizado com base numa “média” conforme lhe é informado nas próprias faturas. Requereu a inversão do ônus da prova, o recálculo dos valores apurados nos meses 03, 05 e 07/2015 e a procedência total da demanda condenando a empresa requerida ao pagamento de indenização a título de danos morais. A inicial veio instruída por documentos às fls. 14/23.

Devidamente citada a empresa ré apresentou contestação alegando que em se tratando de unidade consumidora situada em área rural é facultada à concessionária a “leitura plurimensal”; assim, agiu de acordo com a lei e não há que se falar em indenização.

As partes foram instadas a produção de provas à fls. 83. O requerente

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

manifestou interesse em julgamento antecipado da lide à fls. 86/87 e a empresa ré informou não haver mais interesse em produção de provas à fls. 91/92.

É o relatório.**Decido.**

Em verdade, por mais que se argumente que no caso estamos tratando de relação consumerista, não se pode eximir a parte autora de minimamente comprovar o alegado.

O fornecimento de energia elétrica é um serviço público e, ainda que prestado por meio de concessão, as cobranças efetuadas referentes à sua utilização são dotadas **de presunção relativa de veracidade**.

Assim cabe ao consumidor, sustentando a ilegalidade, juntar alguma prova de que as mesmas estão incorretas, ônus do qual não se desincumbiu, no caso, o autor.

Além disso, a demandada juntou aos autos documentos comprovando suas alegações.

A propriedade do autor se localiza em **zona rural**, onde a medição do consumo não é realizada mensalmente; é facultada a concessionária nos termos da resolução 414/10 da ANEEL a leitura plurimensal.

O consumo do autor encontra apoio nas telas internas acostadas pela empresa ré .

Com efeito, tais documentos trazidos, em sede de contestação, demonstram

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

que o autor se enquadra no chamado grupo de consumidores do Tipo B-1, ou seja, residencial bifásico de baixa tensão em zona rural; por conseguinte, é autorizada a leitura a cada dois meses, que, de fato, ocorreu no caso em voga, consoante se depreende da documentação trazida com a defesa.

Cumprе esclarecer que tal procedimento é previsto na resolução 414 da ANEEL, de 2010.

Assim, explica a demandada que as faturas impugnadas, genericamente, se referem a meses em que o consumo foi obtido pela média, montante que não se mostra elevado ou desproporcional.

Isso posto e como a parte autora não se desincumbiu, minimamente, de seu encargo probatório, como determina o artigo 333, I do Código de Processo Civil, não tendo ao menos afastado a presunção de legalidade das cobranças, impõe-se a improcedência do reclamo.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pleito inicial.

Sucumbente, arcará o autor com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 888,00, observando-se o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50.

P.R.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 11 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**